

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro em exercício Adonias Monteiro

**Processo:** 1091981

Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**Procedência:** Prefeitura Municipal de Ouro Verde de Minas

Exercício: 2019

**Responsável:** Josimar Teles da Costa, prefeito municipal

Interessado: Alisson Sena Pontes, presidente da Câmara Municipal

**MPTC:** Daniel de Carvalho Guimarães

**RELATOR:** CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO

## I – RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas do Executivo Municipal de Ouro Verde de Minas, relativas ao exercício de 2019, cujo parecer prévio pela aprovação das contas do prefeito foi emitido pela Primeira Câmara deste Tribunal, na sessão de 9/2/2021.

Por meio do Oficio n. 8030/2021, à peça 25, este Tribunal informou ao presidente da Câmara Municipal que os documentos produzidos (relatórios, pareceres, despachos, ementas, acórdãos) estavam disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo, além de cientificá-lo de que, após o julgamento das contas pela Câmara Municipal, consoante o disposto no art. 44 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, deveriam ser enviados ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, por meio do Sistema Informatizado do Ministério Público – Simp, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, em versão digitalizada, os seguintes documentos: cópia autenticada da Resolução/Decreto Legislativo aprovado, promulgado e publicado e das atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara tenha se verificado, com a relação nominal dos vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Em face da ausência de resposta do presidente da Câmara Municipal, o Ministério Público de Contas requisitou, por meio do Oficio n. 1095/2021/CAMP/MPC, recebido em 7/12/2021, e do Oficio n. 513/2022/CAMP/MPC, recebido em 17/5/2022, o envio mediante o Simp da referida documentação, conforme peças 31 e 32.

Considerando a inércia reiterada do Poder Legislativo, o Ministério Público de Contas opinou, à peça 33, pela aplicação de multa ao atual Presidente da Câmara Municipal de Ouro Verde de Minas, nos termos do art. 85, IX, da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

É o relatório.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2022.

Adonias Monteiro Relator

'(assinado digitalmente)

PAUTA 2ª CÂMARA
Sessão de//
TC